



# PLS-IFSC 2017-2018

**PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA**

**Aprovado pela Resolução CODIR/IFSC nº 05/2017**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA**

**Reitora**

Maria Clara Kaschny Schneider

**Diretora Executiva**

Silvana Rosa Lisboa de Sá

**Pró-Reitora de Administração**

Aline Heinz Belo

**Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional**

Andrei Zwetsch Cavalheiro

**Pró-Reitora de Ensino**

Luiz Otavio Cabral

**Pró-Reitora de Extensão e Relações Externas**

Maria Cláudia de Almeida Castro

**Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação**

Clodoaldo Machado

**COMISSÃO CENTRAL DO IFSC SUSTENTÁVEL E DE ELABORAÇÃO DO PLS-IFSC 2017-2018**

**Coordenador**

Érico de Ávila Madruga

**Representantes Comissões Locais**

Elisa Serena Gandolfo Martins

Júlio Cezar Bohn Junior

**Representantes Chefes DAM**

Deborah Rejane Magno Ribas

Patrícia Oliveira Rebelo Leite

**Assistência técnica PGRS**

Elivete Carmem Prim

**Estagiária - Graduanda em Engenharia Ambiental e Sanitária**

Vitória Maria Schmitt

## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO .....	
2. CONTEXTO .....	
3. METODOLOGIA .....	
4. REGULAMENTO DE EXECUÇÃO.....	
5. SUGESTÕES E ESTRATÉGIAS .....	
6. MONITORAMENTO E EXECUÇÃO .....	
6.1 Certificação de câmpus sustentável .....	
6.2 Certificação de processo sustentável .....	
7 SUBPROGRAMAS .....	
7.1 Destino Certo.....	
7.2 Recursos Naturais .....	
7.3 Construções e Contratações Inteligentes .....	
7.4 Articulação, Cultura e Espaços Sustentáveis .....	
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	

## 1. APRESENTAÇÃO

Ao longo dos últimos anos, o Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC vem elaborando e implantando o **Programa IFSC Sustentável**, com o objetivo de propor e sistematizar a prática de ações que visem à redução do impacto ambiental dos processos institucionais, o aprimoramento da gestão visando à eficiência, à atuação com foco social e ao desenvolvimento de uma cultura para a sustentabilidade.

Além disso, em 2015, o IFSC definiu em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2015-2019) a sustentabilidade como valor de gestão, devendo assim considerá-la em todos os seus processos administrativos e acadêmicos, bem como na atuação de seus servidores e formação de seus estudantes.

O IFSC Sustentável tem como estruturas de governança, visando prioritariamente à execução do PLS do IFSC, a Comissão Central - formada por representante da Gestão da reitoria do IFSC, da gestão dos câmpus e das comissões locais do IFSC Sustentável.

Nos dois últimos anos, o **Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS-IFSC 2015/2016** buscou direcionar as ações e esforços a serem empreendidos no âmbito de seu **funcionamento institucional e fomento à cultura da sustentabilidade**. Construído de maneira coletiva, o documento foi originado por ações executadas por todo o IFSC nos últimos anos.

O PLS-IFSC 2017/2018 propõe que trabalhe, ainda mais, no fomento da cultura sustentável e aprimoramento do funcionamento institucional para a sustentabilidade, tendo como base os sucessos e desafios encontrados na implantação do PLS 2015/2016, além de sugestões e avaliações da comunidade acadêmica por meio de representantes das Comissões Locais dos câmpus, dos Chefes DAM e consulta pública.

Ressalta-se que as comissões locais tem como responsabilidade realizar diagnósticos e prognósticos, além do acompanhamento das ações previstas neste plano considerando que a grande maioria destas são de responsabilidade de setores específicos a serem demandados pela gestão do câmpus ou reitoria.

Assim, a gestão do câmpus/reitoria deverá, efetivamente, institucionalizar as ações prioritárias previstas neste PLS, entendendo-as como necessárias e obrigatórias para a manutenção e funcionamento eficientes da instituição, reduzindo impactos ambientais e otimizando a aplicação de recursos públicos.

Acreditamos que a partir das ações aqui propostas conseguiremos promover o desenvolvimento de uma Instituição capaz de arcar com suas responsabilidades no plano da **sustentabilidade**, em todas as suas dimensões: **social, econômica e ambiental**.

Com a participação de todos teremos, cada vez mais, um **IFSC Sustentável!**

## 2. CONTEXTO

As primeiras discussões internacionais acerca da temática da sustentabilidade datam de 1972 quando ocorreu, em Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Diversos sinais da emergente degradação do meio ambiente foram colocados em evidência por líderes mundiais, que passaram a apontar para a necessidade de se repensar a primazia que a humanidade conferiu, ao longo do tempo, ao desenvolvimento econômico e industrial, em detrimento das condições ambientais.

Nas décadas que se seguiram, uma série de pesquisas que buscavam apontar com clareza a origem dos problemas apresentados e suas possíveis soluções foram sendo desenvolvidas em todo o mundo. Conferências subsequentes ocorridas no Rio de Janeiro (1992), Johannesburgo (2002) e novamente no Rio de Janeiro (2012) aprofundaram os debates para a construção de um novo modelo de desenvolvimento. Pouco a pouco a sustentabilidade passou a aparecer, cada vez mais, de maneira proeminente no cotidiano das pessoas, das organizações e dos meios de comunicação.

De conceito abrangente, a **sustentabilidade** engloba os aspectos **social, econômico e ambiental** tendo, como linha geral, **o suprimento das necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras suprirem as suas.**



No Brasil, a sustentabilidade foi objeto de preocupação do legislador constituinte já na elaboração, em 1988, da atual Carta Magna. Tal preocupação fica evidenciada especialmente pelos Artigos 3º e 225 da Constituição Federal:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

[...]

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Ao longo dos anos o Poder Executivo Federal vem criando uma série de normativas e programas com a finalidade de produzir efeito a tais deveres constitucionais, no âmbito da gestão pública. A Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, surgida em 1999 merece especial destaque como documento centralizador e promotor da responsabilidade socioambiental por parte do governo.

Foi nesse mesmo espírito que o Decreto nº 7.746/2010 estabeleceu, em seu Artigo 16, a obrigatoriedade de todos os entes componentes da Administração Pública direta, autárquica e fundacional elaborarem seus Planos de Gestão de Logística Sustentável - PLS. A Instrução Normativa nº 10 de 12 de novembro de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão firmou, a partir daí, as regras para elaboração de tais Planos.

Conforme a referida Instrução Normativa, os PLSs foram concebidos e exigidos enquanto ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, de forma a permitir que as entidades da Administração Pública estabelecessem práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos.

A IN10/SLTI/MPOG estabeleceu, ainda, o conceito de **logística sustentável** como sendo o *processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado.*

Ressalta-se, ainda, que em 2015 o IFSC aderiu ao projeto Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P - do Ministério do Meio Ambiente e também ao “Movimento Nós Podemos Santa Catarina” - MNPSC - para implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

A A3P propõe uma administração pública mais sustentável, a partir de diretrizes sociais e ambientais. A A3P possui 6 eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos, gestão adequada dos resíduos gerados, qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização e capacitação dos servidores, licitações sustentáveis e construções sustentáveis.

Em substituição aos Objetivos do Milênio, em 2015 a ONU definiu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para serem implementados até 2030. Estes objetivos estão diretamente ligados ao equilíbrio entre os três pilares da sustentabilidade: social, econômico e ambiental.

Desta forma, no âmbito institucional, o Programa IFSC Sustentável visa atender estas demandas legais, sociais e ambientais utilizando-se de instrumentos de gestão, em especial, este Plano de Gestão de Logística Sustentável.

### 3. METODOLOGIA

Os trabalhos para elaboração deste documento tiveram início em junho de 2016, a partir de visitas técnicas aos câmpus e reuniões com as comissões locais do IFSC Sustentável, que foram as responsáveis pela execução do PLS 2015-2016.

Foram realizadas visitas presenciais aos câmpus Criciúma, Florianópolis, Florianópolis-Continente, Garopaba, Gaspar, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville, Palhoça-bilíngue, São José e Tubarão. Nos câmpus Araranguá, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Jaraguá do Sul Geraldo Werninghaus, Lages, São Carlos, São Miguel do Oeste, Urupema e Xanxerê foram realizadas videoconferências.

Levantamos informações sobre a formação da comissão, seu funcionamento, realizações mais importantes, perspectivas para 2016 e 2017, desafios encontrados e sugestões para o próximo PLS. A partir dessas reuniões, construímos um Relatório Parcial. Com a elaboração deste documento ficamos cientes das principais mudanças que teríamos neste PLS: maior participação da gestão, redução de ações/subprogramas e mais ações envolvendo a dimensão social.

A constituição da Comissão Central, responsável pela elaboração do PLS, foi feita com base em necessidades vislumbradas durante o contato com os câmpus. A participação da gestão foi fundamental nos câmpus que obtiveram maior sucesso na execução. Em virtude disso, solicitamos a participação de chefes DAM para a composição da Comissão Central, de forma a construirmos um plano viável de execução. Também solicitamos a presença membros das Comissões locais dos Câmpus para que pudessem auxiliar na construção de um plano que possa ser executado em qualquer câmpus.

Usamos o PLS 2015-2016 como base para a elaboração deste, de forma que continuássemos com as ações que tiveram sucesso na maioria dos câmpus e alterássemos ações de difícil execução considerando os problemas encontrados. Reduzimos o número de ações e aprimoramos as que restaram, para que possam ser executadas com maior facilidade.

Dessa forma, propomos 4 subprogramas, com 3 ações prioritárias em cada:

- **Destino Certo** - que trata da gestão dos resíduos gerados no IFSC.
- **Recursos Naturais** - que consiste no manejo dos recursos hídricos e energéticos utilizados no IFSC, visando seu bom uso e economia.
- **Articulação, Cultura e Espaços Sustentáveis** - que trata da qualidade de vida do servidor, assim como também sua sensibilização ambiental e social.
- **Construções e Contratações Inteligentes** - que busca assegurar que compras e serviços contratados sejam mais conscientes, principalmente na questão ambiental.

#### 4. REGULAMENTO DE EXECUÇÃO:

4.1 Todas as comissões devem ser formadas por, no mínimo, 1 representante de cada segmento (TAE, docente e discente) e, obrigatoriamente, pelo Chefe/Diretor DAM do câmpus e um responsável/indicado pela área de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão, mediante portaria com período determinado a critério de cada câmpus.

4.1.1 Preferencialmente, o discente deverá ser remunerado por meio de bolsa para atuação junto à comissão, após seleção por edital específico.

4.2 É obrigatória a divulgação e apresentação deste PLS para todos os servidores e alunos no início de cada semestre.

4.3 A Comissão Local e a Gestão do câmpus ou reitoria deverão propor à Comissão Central um cronograma de execução das ações prioritárias propostas neste PLS, até 30 dias após a publicação deste.

4.3.1 É obrigatório o início da execução de, no mínimo, 3 ações prioritárias por semestre a partir de 2017/2.

4.4 Cada câmpus ou reitoria deverá elaborar relatórios anuais e um relatório final a ser encaminhado à Comissão Central.

4.4.1 Os relatórios deverão ser elaborados, em formulário padrão constante do sítio oficial, pela Comissão Local e Gestão do câmpus ou reitoria, contendo, no mínimo, os relatos e comprovantes de cada ação bem como eventuais justificativas e demais ações executadas não previstas inicialmente.

4.5 Os membros das Comissões Central e Locais deverão realizar o curso “Sustentabilidade na Gestão Pública”, ou similar, oferecido pelo Ministério do Meio Ambiente em cumprimento ao termo de adesão da A3P pelo IFSC.

4.5.1. Os membros docentes poderão alocar a carga horária da referida capacitação em seus PSAD's.

4.5.2. Para os membros TAE's deverá ser indicada a carga horária semanal na portaria de designação.

4.6 Cada comissão local deverá realizar, no mínimo, 3 reuniões por semestre sendo que a primeira e última reunião do ano devem contar com a presença da gestão do câmpus ou reitoria, para, respectivamente, planejar as ações do ano e aprovar o relatório anual.

4.7 Cada câmpus e a reitoria devem realizar as ações prioritárias de cada subprograma e, após a realização destas, deve continuar atuando em ações indicadas ou em ações próprias.

4.8 Todos os câmpus e reitoria serão avaliados pela Comissão Central que implementará certificações de sustentabilidade de acordo com o nível de execução das ações previstas neste PLS e de outras ações.

4.9 A Comissão Central e a Coordenação de Processos e Normas (CPN) da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) implementarão certificações de sustentabilidade para os processos administrativos e acadêmicos do IFSC que deverão, quando possível, priorizar a execução por meio eletrônico.



4.10 Cada campus deverá investir, no mínimo, 0,5% do seu orçamento anual total, a partir de 2018, em ações prioritárias deste PLS que devem ser previstas e detalhadas no PAT.

## 5. SUGESTÕES E ESTRATÉGIAS

Considerando o avanço desigual na execução do PLS pelos câmpus e tendo sido identificados fatores importantes que definiram o sucesso de algumas ações, construímos uma lista de sugestões que auxiliarão no trabalho das comissões:

- **Submissão de projetos de pesquisa e/ou extensão:** As comissões poderão elaborar projetos de pesquisa e/ou extensão, articuladas com professores e TAEs para a execução de ações do PLS ou, ainda, de temas relacionados com a sustentabilidade, de maneira que envolvam estudantes na execução das ações para que adquiram experiências e disseminem a cultura da sustentabilidade.

- **Ações do PLS nos P.I. dos câmpus:** outra maneira para implementar ações - ou parte dessas - do PLS é a inclusão dessas como temas do P.I. (Projeto Integrador) dos cursos.

- **Comissões interdisciplinares:** sugere-se a formação de comissões com membros de diversos setores administrativos e de diferentes cursos/áreas, pois isso facilita o desenvolvimento da cultura sustentável e a disseminação/execução das ações.

- **Parcerias:** uma saída encontrada para a escassez de recursos financeiros e humanos são as realizações de parcerias com o poder público e privado. Como exemplo, indica-se as ações de promoção da ressocialização de presos do regime aberto e semi-aberto em parceria com o Poder Judiciário (sistema penitenciário) para realização de serviços por apenados que descontam os dias trabalhados ou, ainda, por condenados a trabalhos voluntários.

- **Mural ou Informativo da Sustentabilidade:** neste mural/informativo (preferencialmente digital) devem ser compartilhadas ações, boas práticas e trabalho das comissões, para conhecimento e participação da comunidade acadêmica.

## **6. EXECUÇÃO E MONITORAMENTO**

6.1 A execução e monitoramento local deste PLS será responsabilidade da gestão do câmpus/reitoria apoiada pela comissão local do IFSC Sustentável;

6.2 O monitoramento externo será realizado pela comissão central do IFSC Sustentável através de reuniões periódicas, visitas técnicas e análise dos relatórios anuais.

### **6.3. CERTIFICAÇÃO DE CÂMPUS SUSTENTÁVEL**

Ao longo da vigência deste PLS será desenvolvido, pela Comissão Central, um sistema de certificação por câmpus/reitoria, em três níveis, cuja avaliação será realizada com base na execução das ações propostas neste plano.

Diretrizes:

- Cumprimento das ações prioritárias;
- Envolvimento de todos os segmentos da instituição;
- Desenvolvimento de formação/cultura sustentável.

O IFSC adotará a referida certificação como critério para benefícios e/ou priorizações aos câmpus que apresentarem melhor desempenho na execução das ações.

### **6.4. CERTIFICAÇÃO DE PROCESSO SUSTENTÁVEL**

A Comissão Central, em parceria com a Coordenação de Processos e Normas/DGC/PRODIN, desenvolverá, também durante a vigência do PLS, o sistema de certificação para os processos administrativos e acadêmicos.

Diretrizes:

- Uso prioritário de sistemas informatizados (selo IFSC “papel zero”);
- Desburocratização do processo, visando eficácia, eficiência e efetividade;
- Desenvolvimento e disseminação da gestão de processos no IFSC;
- Avaliação efetiva dos usuários do processo;
- Mapeamento de processos e competências.

## 7. SUBPROGRAMAS DO PLS-IFSC

### 7.1 Destino Certo

**Tema:** Gestão dos resíduos sólidos.

**Objetivo principal:** Efetuar o gerenciamento dos resíduos sólidos gerados no IFSC conforme legislação vigente.

**Eixos do Programa da A3P:** Gestão adequada dos resíduos gerados (Eixo 2).

**Ações Prioritárias:**

O que?	Como fazer?	Quem?
Implantação do padrão institucional de resíduos	<ul style="list-style-type: none"><li>- Realizar o levantamento de resíduos na instituição.</li><li>- Implantar identificação dos resíduos conforme padrão institucional.</li></ul>	Comissão Local e Gestão
Destinação ambientalmente correta dos resíduos	<ul style="list-style-type: none"><li>- Priorizar a coleta seletiva para resíduos recicláveis com sua destinação para cooperativas de catadores, quando houver.</li><li>- Destinar os resíduos para a coleta seletiva realizada pela prefeitura.</li><li>- Implantar composteira ou destinar os resíduos orgânicos para tratamento.</li><li>- Garantir a destinação ambientalmente correta de passivos ambientais produzidos.</li><li>- Incluir ações deste subprograma nos contratos e capacitação dos funcionários, no caso de alocação de colaboradores externos.</li></ul>	Comissão Local e Gestão
Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	<ul style="list-style-type: none"><li>- Elaborar um plano que atenda as demandas do campus com base no Apêndice I.</li></ul>	Comissão Local e Gestão

**Ações Sequenciais:**

- Desenvolver programas de reutilização de materiais, por exemplo: utilizar ambiente virtual para divulgação de materiais reaproveitáveis em outros setores, laboratórios, departamentos do IFSC.
- Desenvolver programas de redução de geração de resíduos, por exemplo: incentivar o uso das plataformas digitais, buscando a redução de cópias e impressões.

- Incentivar a formação de cooperativas ou associações de coletores de materiais recicláveis.

**Indicadores:**

- Quantidade (kg por tipo) de resíduos gerados por pessoa no câmpus/reitoria semestralmente;
- Percentual de ambientes com residuários padronizados instalados;
- Percentual de destinação adequada dos resíduos. (responsabilidade dos laboratórios)

**Resultados esperados:**

- Resíduos gerados no Câmpus/Reitorias destinados(as) adequadamente para reaproveitamento, reciclagem e/ou tratamento.

## 7.2 Recursos naturais

**Tema:** Recursos Hídricos e Energéticos

**Objetivo:** Valorizar os recursos hídricos utilizados no IFSC e racionalizar o consumo de energia.

**Eixos do Programa da A3P:** Uso racional dos recursos naturais e bens públicos (Eixo 1)

**Ações Prioritárias:**

O que?	Como fazer?	Quem?
Monitoramento do consumo de água e energia	<ul style="list-style-type: none"><li>- Registrar faturas de água e energia com seu custo e consumo, de modo a perceber eventuais sinistros.</li><li>- Expor estas informações em um cartaz no mural ou enviando por e-mail para os servidores.</li></ul>	Comissão Local e Gestão
Sensibilização do consumo	<ul style="list-style-type: none"><li>- Realizar de campanhas para redução do consumo;</li><li>- Programar computadores e condicionadores de ar para desligarem automaticamente no final do turno de trabalho.</li></ul>	Comissão Local e Gestão
Manutenção das instalações	<ul style="list-style-type: none"><li>- Prever manutenção ou substituição periódica das instalações que vise o não desperdício de água e energia, bem como evitar problemas na rede.</li><li>- Realizar a adequação da demanda de energia contratada sempre que necessário</li></ul>	Comissão Local e Gestão

**Ações sequenciais:**

- Implantar ETE (Estação de Tratamento de Efluentes);
- Coletar da água da chuva para utilização nos banheiros e limpeza em geral: implantação de cisternas e adequação das tubulações.
- Mobilizar campanha de carona solidária/ecológica, com instalação de quadro branco em área de circulação com vistas ao aproveitamento de vagas nos carros oficiais e particulares;
- Desenvolver programa de geração distribuída nos câmpus/reitoria através de fontes renováveis (placas fotovoltaicas, energia eólica etc.);
- Instalar sensores de presença em ambientes de circulação ocasional de pessoas;

- Instalar sistema de chaves magnéticas com bloqueadores elétricos.

**Indicadores:**

- Quantidade de água *per capita* consumida anualmente;
- Gasto financeiro anual com água *per capita*;
- Quantidade de energia elétrica *per capita* consumida anualmente;
- Gasto financeiro anual com energia elétrica *per capita*;

**Resultados esperados:**

- Redução progressiva no consumo de água *per capita*
- Redução progressiva no consumo de energia elétrica *per capita*;

### 7.3 Construções e Contratações Inteligentes

**Tema:** Construções e contratações sustentáveis

**Objetivos:** Adotar critérios sustentáveis nas contratações de obras e serviços de engenharia. Adotar critérios de sustentabilidade nas aquisições de materiais e contratações de serviços.

**Eixos do Programa da A3P:** Licitações sustentáveis (Eixo 5)

**Ações Prioritárias:**

O que?	Como fazer?	Quem?
Incorporação de critérios de sustentabilidade nos projetos, obras e manutenção	<ul style="list-style-type: none"><li>- Pesquisar materiais mais eficientes e com menor impacto ambiental.</li><li>- Consultar guias de compras e obras sustentáveis.</li><li>- Promover capacitação/atualização dos engenheiros.</li></ul>	Engenharia
Inserção de critérios de sustentabilidade em compras e contratações	<ul style="list-style-type: none"><li>- Promover a racionalização da diversidade dos materiais/serviços contratados.</li><li>- Utilizar Guias Práticos de Compras Sustentáveis (NAJ/SP, MPOG etc.)</li><li>- Priorizar materiais que atendam critérios de sustentabilidade.</li><li>- Realizar compras compartilhadas com outros câmpus/reitoria e outras instituições.</li></ul>	Compras e Contratos
Plano de Manutenção Preventiva e Corretiva	<ul style="list-style-type: none"><li>- Elaborar um plano que atenda às demandas do campus com base no Apêndice II.</li></ul>	Engenharia

**Ações sequenciais:**

- Realizar *retrofits*.
- Criar telhados verdes.
- Implementar projetos com placas solares para redução de energia elétrica.
- Instalar de sistemas de aquecimento de água por meio de placas solares.
- Instalar de sistema de recolhimento da água da chuva.



**Indicadores:**

- Quantidade de itens em licitações com critérios de sustentabilidade;
- Quantidade de serviços/ações realizadas previstos no PMPC.

**Resultados esperados:**

- Redução na quantidade de resíduos sólidos de construção civil gerados;
- Diminuição do impacto ambiental das obras e serviços de engenharia executados pelo IFSC;
- Maximização de eficiência e consequente redução de gastos com recursos hídricos e energéticos nas edificações construídas contemplando critério de sustentabilidade.
- Contratações institucionais que maximizem a eficiência, minimizem o impacto ambiental e melhorem a qualidade de vida nos ambientes de trabalho.

## 7.4 Articulação, Cultura e Espaços Sustentáveis

**Tema:** Qualidade de vida nos ambientes de trabalho, formação e sensibilização continuada para a sustentabilidade no âmbito do funcionamento institucional.

**Objetivo:** Adequar as instalações existentes, criar espaços e promover atividades físicas e de integração, visando a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho. Capacitar e sensibilizar a comunidade interna para temas de relevância quanto à logística sustentável.

**Eixos do Programa da A3P:** Qualidade de vida no ambiente de trabalho (Eixo 3) e Sensibilização e capacitação dos servidores (Eixo 4)

### Ações Prioritárias:

O que?	Como fazer?	Quem?
Sensibilização dos servidores e alunos	<ul style="list-style-type: none"><li>- Prever eventos em datas relacionadas à sustentabilidade no calendário acadêmico.</li><li>- Garantir ações sustentáveis na organização de eventos dos câmpus e reitoria.</li><li>- Realizar capacitações e/ou participação em capacitações externas relacionadas à sustentabilidade.</li><li>- Desenvolver estratégias de sensibilização ambiental.</li><li>- Sensibilizar para a sustentabilidade e divulgar ações utilizando para isso os espaços de comunicação do IFSC (Link Digital, IFSC-TV, e-mail, <i>hotsite</i>).</li></ul>	Comissão Local e Gestão
Articulações sociais e parcerias	<ul style="list-style-type: none"><li>- Realizar parcerias com frentes sociais dentro do IFSC.</li><li>- Realizar ações e eventos com temáticas sociais que busquem a igualdade e respeito.</li><li>- Firmar parceria com outro câmpus/reitoria e instituições para a realização conjunta de ações, eventos e capacitações.</li></ul>	Comissão Local e Gestão
Ambiente saudável	<ul style="list-style-type: none"><li>- Promover a ergonomia.</li><li>- Criar um espaço verde.</li><li>- Disponibilizar uma área do servidor.</li></ul>	Comissão Local, Gestão e DGP

### Ações Sequenciais:

- Instituir um Programa de Ginástica Laboral;
- Implantar bicicletário.
- Construir e mobiliar uma academia no Câmpus e Reitoria, se possível ao ar livre.

#### **Indicadores**

- Número de eventos relacionados à sustentabilidade promovidos por ano;
- Quantidade de servidores capacitados em temáticas sustentáveis;

#### **Resultados esperados:**

- Melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho.
- Maior participação do IFSC Sustentável em ações sociais.
- Formação de uma cultura voltada para a sustentabilidade das ações do IFSC.

## **8. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Comissão Central do IFSC Sustentável acompanhará, em sentido amplo, as ações e subprogramas elencados por este documento.

A gestão de cada câmpus e reitoria será responsável, com o apoio da Comissão Local, pela execução do PLS.

Os documentos complementares que emanarem do PLS-IFSC, além dos Anexos I e II, sejam eles de natureza informacional ou normativa, serão considerados parte deste documento e incorporados como anexos, à medida que forem elaborados e aprovados.